

# PROJETO DE LEI Nº 5.582/2025

Emenda Modificativa que altera os arts. 10 e 11 do Substitutivo do Relator para aperfeiçoar o regime de intervenção judicial e de desarticulação patrimonial aplicável a pessoas jurídicas beneficiadas por organizações criminosas ultraviolentas, paramilitares ou milícias privadas, disciplinando o afastamento de sócios, a possibilidade de venda antecipada de ativos em caráter cautelar e a liquidação judicial definitiva, com destinação dos recursos nos termos do inciso VI do art. 3º da Lei nº 13.756, de 2018 (Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública).

Apresentação: 18/11/2025 12:30:26.120 - PLEN  
EMP 21 => PL 5582/2025

EMP n.21

## EMENDA DE PLENÁRIO

Dê-se aos arts. 10 e 11 do Substitutivo do Relator, ou ao artigo que vier a substituí-lo, a seguinte redação:

**Art. 10.** No curso da investigação, se existirem indícios concretos de que uma pessoa jurídica esteja sendo beneficiada por organização criminosa ultraviolenta, paramilitar ou milícia privada, o juiz determinará, mediante requerimento do Ministério Público ou representação do delegado de polícia, sem prejuízo da aplicação das demais medidas previstas nesta Lei, o imediato afastamento dos sócios e a intervenção judicial em sua administração, como medida assecuratória de natureza cautelar.

.....

§ 8º Nos casos em que a pessoa jurídica detenha valor econômico lícito ou possa ser saneada, o juiz poderá autorizar, a requerimento do interventor judicial, a venda antecipada das cotas, ações ou demais ativos, destinando-se o produto da alienação, após a quitação dos passivos legítimos, à constituição de recursos nos termos do inciso VI do art. 3º da Lei nº 13.756, de 2018 (Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública).

I – (suprimido)

II – (suprimido)

III – (suprimido)

.....



§ 10º .....

II – (suprimido)

**Art. 11.** Após o trânsito em julgado da sentença condenatória por crime previsto nos artigos 2º e 3º desta Lei, o juiz a requerimento do Ministério Público, determinará as medidas patrimoniais e restritivas destinadas à desarticulação financeira definitiva da organização criminosa ultraviolenta, paramilitar ou milícia privada, incluindo:

IV – a liquidação judicial definitiva dos bens, direitos e participações societárias, sob supervisão de administrador nomeado pelo juízo, com a destinação dos recursos observando o disposto no inciso VI do art. 3º da Lei nº 13.756, de 2018 (Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública).

a) (suprimido)

b) (suprimido)

c) (suprimido)

.....” (NR)

## JUSTIFICATIVA

A presente adequação mostra-se necessária para preservar o equilíbrio financeiro do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), garantindo que os valores decorrentes da alienação de ativos de pessoas jurídicas submetidas à intervenção judicial sejam corretamente direcionados para a constituição de recursos nos termos definidos pela Lei nº 13.756, de 2018. Ao assegurar que tais recursos retornem ao fluxo legalmente previsto, evita-se a criação de distorções orçamentárias e assegura-se a continuidade das políticas públicas de segurança em âmbito nacional.

Além disso, a medida reforça o princípio federativo, ao preservar a lógica de repartição e vinculação dos recursos destinados às ações de segurança pública, respeitando a estrutura cooperativa entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A correta destinação dos valores contribui para a estabilidade do mecanismo de financiamento compartilhado e impede que eventuais lacunas normativas comprometam a



autonomia financeira dos entes federados ou a capacidade de execução das políticas de segurança pública em todo o território nacional.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2025

Deputado **GILBERTO ABRAMO**  
Líder do Republicanos

Apresentação: 18/11/2025 12:30:26.120 - PLEN  
EMP 21 => PL 5582/2025

EMP n.21



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251426347500>  
Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Gilberto Abramo

